

O Desenvolvimento como política de modernização do Brasil

Juanito Alexandre Vieira*

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir as transformações no processo de produção capitalista e o impacto que as políticas neoliberais têm sobre as estratégias de desenvolvimento implementadas no Brasil a partir da segunda guerra mundial. A partir das diferenciações entre o conceito de desenvolvimento e crescimento serão abordados os desafios dos governos brasileiros nos anos de 1990 no que tange ao processo de industrialização centrado na necessidade de aumentar a capacidade inovativa das empresas

O conceito de desenvolvimento, entendido como um processo de elevação da produtividade é comum para a escola liberal bem como para os desenvolvimentistas. Contudo, o que os difere é o modo como as nações vão alcançar tal desenvolvimento. Para os desenvolvimentistas, esse processo seria alcançado por uma deliberada política de modernização através da industrialização. Já os defensores da escola liberal combatem essa opinião, e afirmavam que o desenvolvimento ocorreria naturalmente a partir da garantia da livre movimentação das forças de mercado. Para essa escola, a preocupação central do Estado deveria ser a preservação do equilíbrio monetário e cambial.

Para os liberais ainda persiste a visão clássica de desenvolvimento, que na prática o considera como sinônimo de crescimento e ligado apenas a um processo de aumento de produtividade. Na perspectiva clássica, o desenvolvimento/crescimento é alcançado de forma natural e ocorre independente da atividade econômica desempenhada.

O conceito de desenvolvimento entendido como um ato deliberado e planejado de aumento da produtividade através do estímulo da industrialização começa a ser utilizado na História Econômica Brasileira a partir dos anos de 1930¹, em particular após um cenário de crise do regime capitalista com a quebra da bolsa dos EUA (1929) e, conseqüentemente, a queda das exportações de café no Brasil. Esse novo cenário político e econômico contribuiu para a Revolução de 1930, que elevou ao poder o presidente Getúlio Vargas.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento, apesar de um conceito econômico, será interpretado nesse artigo como um conceito político social que se constitui num contexto histórico. Para essa perspectiva, utiliza-se como base teoria a contribuição de Karl Polanyi

ao considerar que “a economia do homem está submersa nas relações sociais”².

Sendo assim, busca-se compreender o conceito de desenvolvimento, também, como instrumento de mobilização político social do conjunto da nação em prol de uma política de industrialização que em determinados momentos foi vinculado ao discurso de progresso, mas que neste trabalho será tratado como modernização do país.

O Desenvolvimento como política de Modernização

Um dos expoentes iniciais dessa concepção foi Roberto Simonsen que acreditava que a implementação de um projeto desenvolvimentista exige grande apoio do Estado, pois os mecanismos de mercado não garantiriam o processo de industrialização. Esse apoio estatal deveria ir além de ações indiretas e em alguns setores tornam-se indispensáveis ações diretas³ que incluíssem investimentos em setores básicos, considerados estratégicos para o desenvolvimento. Para o autor o protecionismo e o planejamento são entendidos como instrumentos centrais para nortear as ações desenvolvimentistas do Estado.

Em síntese, Simonsen entende desenvolvimentismo como uma ação planejada e consciente do Estado para estimular o processo de industrialização e superar o atraso econômico, a pobreza e garantir a modernização. Como ação planejada o autor defende práticas protecionistas, a intervenção direta do Estado, principalmente em setores de base, a crítica à visão liberal de manutenção de mecanismos de mercado, considerados muitas vezes nocivos ao processo de industrialização e, a possibilidade de desenvolvimento planejado com a manutenção da primazia da iniciativa privada.

A contribuição de Simonsen ao desenvolvimentismo no Brasil é inegável, em particular por trazer para o centro do debate político e econômico a necessidade do Estado agir de maneira planejada em prol do estímulo industrial. Contudo, é a partir dos trabalhos de Prebisch e da Cepal que elaboram o conceito de “economia do subdesenvolvimento” que a ideia de desenvolvimentismo na América Latina ganha maior fundamentação teórica.

Para entender essa “economia do subdesenvolvimento” os economistas da Cepal constituem o conceito de Centro-Periferia, ou seja, ao contrário do que defendia os clássicos, a divisão internacional do trabalho provocou efeitos diferenciados no estágio de desenvolvimento entre os países capitalistas. O progresso técnico⁴ se desenvolveu de forma desigual em escala planetária, ou seja, nos

países centrais, mais industrializados, foi maior do que nos países periféricos, produtores agrícolas e de matéria prima.

A partir dessa caracterização as exportações de produtos primários e industrializados ocupam lugares distintos no quadro do comércio internacional. Ao buscar compreender a redistribuição da renda no plano internacional, Prebisch destaca três problemas para as exportações de produtos primários, a saber: “a questão dos preços, o acesso aos mercados dos países industrializados e os excedentes agrícolas e sua utilização na política do desenvolvimento”⁵.

De acordo com Prebisch, a produção primária tende a aumentar mais rapidamente do que a demanda, e esse fenômeno cria uma tendência de deterioração dos preços dos produtos primários frente aos industrializados o que afeta a distribuição interna da renda. Nos países centrais busca-se evitar essa distribuição desigual com políticas de defesa dos preços internamente, mas no comércio internacional isso não é uma tendência fácil de ser aceita pelos países industrializados, nas suas relações com a periferia. Para o autor,

*é necessário intervir, no âmbito internacional, para evitar ou, pelo menos, atenuar as conseqüências da imensa redistribuição regressiva da renda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (...). Para atingir esse objetivo, seria preciso que os países industrializados importadores de produtos primários adotassem uma decisão política transcendental: tomar providência para evitar essa redistribuição regressiva da renda no plano internacional*⁶.

Ao destacar a tendência de distribuição desigual da renda entre os países Centrais e Periféricos e a existência de um número pequeno de países considerados produtores de inovações tecnológicas o conceito de **“desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um processo histórico**, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna”⁷.

Contrariando a perspectiva da escola clássica os defensores do desenvolvimentismo buscam separar os conceitos de desenvolvimento e crescimento. Crescimento passa a ser entendido como o esforço de expandir a produção em um determinado subconjunto econômico, que não implica, necessariamente, na transformação do processo produtivo como um todo. Já o desenvolvimento deve ser entendido como um aumento de produtividade envolvendo todo o conjunto econômico complexo e não apenas de um subconjunto. Nesse sentido, o desenvolvimento acaba incorporando a noção de crescimento e superando-a, pois é, ao mesmo tempo, aumento de produtividade e de acumulação, mas

também, de progresso técnico e de renda per capita de uma determinada sociedade.

O conceito de desenvolvimento pode ser igualmente utilizado com referência a qualquer conjunto econômico no qual a composição da procura traduz preferências individuais e coletivas baseadas em um sistema de valores. Se o conjunto econômico apresenta estrutura simples, isto é, se a procura não é autocriada, como no caso de uma empresa ou de um setor produtivo especializado, convém evitar o conceito de desenvolvimento e utilizar simplesmente o de crescimento”⁸.

Vale destacar ainda, que desenvolvimento não se resume apenas a elevação do nível tecnológico de uma nação, mas está ligado, também, ao atendimento de diversas necessidades sociais e econômicas de uma coletividade. Nesse sentido, o conceito incorpora questões de preocupação distributivas de renda, que tanto no pensamento da escola liberal, ou mesmo para Simonsen acabam sendo consideradas secundárias.

Para Bresser Pereira, o conceito de desenvolvimento é entendido como um processo social global de “transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”⁹. Como um sistema social, o desenvolvimento envolve relações econômicas, sociais e políticas, que são interdependentes e que tem como objetivo primordial o crescimento do padrão de vida da população¹⁰.

Outra vertente do desenvolvimentismo, que ganha destaque a partir dos anos de 1950, é a liderada por Roberto Campos. Para esse autor, o capital estrangeiro tinha uma ampla contribuição a dar ao processo de industrialização brasileiro. Ao contrário dos desenvolvimentistas, considerados nacionalistas, Campos era favorável ao apoio do Estado à industrialização, mas era crítico a uma intervenção direta, pois acreditava que a iniciativa privada atuaria com maior eficiência nesse processo. Além disso, defendia, como os liberais, que a economia brasileira, sofria de uma tendência ao desequilíbrio econômico-financeiro, e considera a inflação como problema crônico e, por isso, era favorável a medidas de estabilização monetária¹¹.

A questão da participação do capital estrangeiro no processo de industrialização brasileiro é central para entender a diferença do conceito de desenvolvimento entre os nacionalistas e não nacionalistas.

Para os nacionalistas, o Estado é o agente central do processo de industrialização e o capital estrangeiro é considerado como

“parceiro possível do esforço de desenvolvimento, desde que confinado a setores não estratégicos e sujeito a regulamentação que minimize os impactos negativos de sua presença para o desequilíbrio do setor externo”¹².

Já para os não nacionalistas o apoio do capital estrangeiro era indispensável para o desenvolvimento econômico brasileiro, tendo em vista a incapacidade de investir da burguesia nacional em setores considerados estratégicos, devido ao alto custo e inexistência de tecnologia.

A partir da década de 1960, a implementação de políticas desenvolvimentista entra em um momento de declínio devido a mudanças no cenário mundial que, de favorável pós 1945 passou a desfavorável a partir dos anos 1960. No pós-Segunda Guerra o novo sistema monetário internacional dólar-ouro, imposto na Conferência de Bretton Woods, é criado e concilia paridade fixa e certa autonomia das políticas monetárias nacionais, sob a hegemonia dos EUA. Vale destacar que o contexto histórico que possibilita esse cenário é a dualidade político-militar com a URSS. Esse período que dura até o início dos anos de 1960 foi responsável pelo chamado “milagre econômico”, mas chega ao seu esgotamento e provoca mudanças no cenário mundial, que são responsáveis por transformações importantes nas estruturas econômicas, políticas e sociais das décadas seguintes. Para Wilson Cano,

*Já no início da década de 1960, os EUA davam mostras de ter ultrapassado seu longo ciclo de expansão, com diminuição de sua taxa de crescimento, debilitamento de seu comércio exterior e de suas contas fiscais, ao contrário da Europa e Japão, que iniciavam sua fase de auge*¹³.

A hegemonia dos EUA no contexto mundial ocidental, consolidada a partir de Bretton Woods, e a possibilidade de crise econômica, justificada pela diminuição da taxa de crescimento, são fatores determinantes para mudanças no cenário político-econômico. Esse novo contexto explica a restrição a políticas desenvolvimentistas nos países em desenvolvimento e abrem espaço para a propagação de princípios liberais, que priorizam a estabilidade econômica em detrimento do desenvolvimento. Para José Luís Fiori,

O renascimento liberal deu-se de maneira progressiva, começando pela crise simultânea do sistema geopolítico e monetário em que se sustentara o sucesso do embedded liberalism que vigorou nas décadas de ouro do pós-Segunda Guerra, e prolongando-se no problema da ‘ingovernabilidade’ diagnosticada pelos conservadores das sociedades

*desenvolvidas atingidas pela escalada dos movimentos sociais e das reivindicações sindicais*¹⁴.

Nesse contexto, de fortalecimento do pensamento liberal, agora de maneira mais direta e menos “embedded”, a preocupação central para os países em desenvolvimento passa a ser a estabilidade econômica e o controle da inflação. Para poucos países, que a diplomacia estadunidense necessitava negociar, dentre eles o Brasil, era possível manter algumas políticas de crescimento econômico, mas não de desenvolvimento nos moldes que era defendido pelos desenvolvimentistas, em particular no que diz respeito ao aumento do padrão de vida.

De modo geral pode-se afirmar que a política do Estado brasileiro, ao longo desse período, procurava estruturar o país para a instalação de empresas multinacionais. Para isso, relações de cooperação entre o Estado – incluindo as empresas estatais –, o capital privado nacional e o capital estrangeiro foram consolidadas. O objetivo central dessa cooperação era favorecer o crescimento industrial alicerçado, prioritariamente, em torno de empresas estrangeiras.

É importante destacar que a política industrial do período militar teve como pontos fundamentais a articulação entre o desenvolvimento e o “autoritarismo instrumental”, que possibilitou crescimento econômico com grande destaque para a presença do Estado e do capital estrangeiro, mas aprofundou a concentração de renda através da contenção dos salários. Essa política foi expressa através da frase de Delfim Neto, que afirmava a necessidade de “primeiro crescer o bolo para depois dividi-lo”, o que de fato não ocorreu durante o período militar.

Ao contrário do que ocorreu em outros países, com destaque para a Coréia do Sul, o crescimento das taxas de industrialização até os anos 1980 não foi acompanhado pelo aumento da capacidade de inovação das indústrias instaladas no Brasil. Os índices de investimentos tecnológicos nas indústrias brasileiras, ao longo desse período de substituição de importações, limitaram-se ao mínimo necessário para a produção.

A incapacidade das empresas instaladas no país de promover novos processos e produtos, somada à “ausência de padrão nítido de especialização da estrutura industrial brasileira e à sua deficiente integração com o mercado internacional” representava, já naquele momento, um fator de fragilidade da política de industrialização no Brasil¹⁵.

No início dos anos de 1980 há uma mudança no comportamento da economia, mesmo com uma média de crescimento na década de

1970 de 8,9% e de 9,1% em 1980, o ano de 1981 teve uma queda de 10,4%. Para Antônio Barros de Castro,

A súbita e drástica reversão dos resultados da indústria, aliada ao inusitado recrudescimento inflacionário verificado no período, trazia consigo, além disso, algo não passível de mensuração, mas capaz de abalar os próprios fundamentos do padrão comportamental vigente na economia. Refiro-me tanto à chocante negação da premissa (primeira convenção) do crescimento garantido quanto ao questionamento do pacto implícito, relativo à inflação administrada e indolor (segunda convenção)¹⁶.

A partir da análise de Castro pode-se constatar que há uma queda da confiança, fruto do rompimento do que o autor chama de crescimento garantido e, por isso, há um freio no ritmo de crescimento. Essa política somada aos desequilíbrios inflacionários contribui para que os adeptos do neoliberalismo tratem a economia brasileira como um exemplo de industrialização tentada e fracassada. Esse cenário de incertezas e pressões políticas e econômicas afeta decididamente as políticas desenvolvimentistas, pois reforçam as concepções clássicas de crescimento como um fenômeno natural e a necessidade de políticas de austeridade econômica.

Contudo, além da queda de confiança na tese do crescimento garantido a mudança de rumos econômicos deve ser entendida, também, como um movimento político que tem como propósito romper com qualquer princípio de desenvolvimento no Brasil. Ao reforçar a tese de que o desenvolvimento gera desequilíbrios financeiros tem-se a intenção de desconstruir a visão de modernização da nação alicerçada no desenvolvimentismo.

Esse período de recessão e instabilidade contribui para induzir “as empresas brasileiras a adotarem estratégias de sobrevivência em tal ambiente de incerteza (...) que não permitiu a adoção de estratégias ofensivas de modernização acelerada do sistema empresarial brasileiro”¹⁷.

O maior impacto dessa não modernização do parque industrial brasileiro está no baixo padrão de investimento tecnológico das mercadorias produzidas no país. De modo geral, as grandes empresas brasileiras buscaram um ‘enxugamento’ da produção com abandono de linhas de produção de maior desenvolvimento tecnológico por produtos com menor valor agregado, fruto do baixo investimento em tecnologia.

A partir dos anos de 1980, o conceito de desenvolvimento como política de Estado perde espaço para as políticas de austeridade fiscal e monetária propagadas pela síntese neoliberal. O recuo do Estado, como agente organizador e propagador do processo de

desenvolvimento industrial, repercute na desaceleração dos investimentos industriais e, em alguns setores, até na redução do nível industrial.

A síntese neoliberal impõe uma falsa verdade de que o público é ineficiente e o privado eficiente e, com isso, abre espaço, principalmente, nos anos de 1990 a um processo de privatização de empresas públicas. A justificativa para tal defesa era a crença no crescimento econômico de forma natural nas sociedades de livre comércio.

Contudo, a experiência de mais de duas décadas de austeridade demonstram que essas medidas não foram capazes de garantir desenvolvimento econômico, político e social o que coloca o desafio de implementar políticas que recuperem o caminho do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e melhoria do padrão de vida do conjunto da população brasileira.

Conclusão

Ao longo da década de 1980 até 1994 a evolução da indústria brasileira sofreu com um cenário macroeconômico de grande desequilíbrio fruto de diversos planos econômicos, mudanças no quadro institucional e ausência de uma nova política de industrialização que levou o Brasil a sofrer forte recuo nos seus índices de crescimento industrial.

Com a abertura econômica dos anos de 1990, fruto da crítica à política de substituição de importação implementada durante décadas, sem a criação de condições que contribuíssem para o aumento da competitividade de setores e empresas, somada ao processo de privatização acelerada, diversos segmentos industriais foram destruídos ou substituídos pelas importações crescentes.

Tendo como foco mais específico os governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, fica clara a intenção de FHC, principalmente no primeiro mandato, de criar ambiente institucional favorável à atração de capital externo, a preservação da estabilidade econômica e a redução da presença do Estado. Já no governo Lula, apesar de se manterem as orientações macroeconômicas do seu antecessor, destaca-se um papel mais central do Estado na formatação de uma política industrial, principalmente com a criação de mecanismos de diálogo entre o Estado e o empresariado para a formulação da política industrial.

A partir dos anos de 1990 o Brasil consegue a estabilidade da moeda, e a inserção da economia nacional no processo de mundialização ocorre de maneira mais forte. Nesse contexto, a necessidade de organização de uma nova orientação de política

industrial se coloca como fator destacado para uma inserção soberana do Brasil na economia mundial.

Essa inserção soberana na economia mundial depende da capacidade do Estado de organizar políticas dialogadas entre os diversos atores sociais envolvidos no processo produtivo e no aumento da competitividade das empresas através da inovação tecnológica.

Enfim, a questão central para desencadear o processo de inovação é a necessidade de estimular novas combinações no processo produtivo para proporcionar o desenvolvimento. Essa questão é central para avaliar a política industrial no período proposto na ótica do aumento da competitividade das empresas a partir da inovação.

Para garantir esse aumento de competitividade das empresas torna-se indispensável propagar a produção de ciência e tecnologia no processo produtivo. Historicamente, o conhecimento científico no Brasil se desenvolveu nas universidades públicas e, ao contrário dos países desenvolvidos, a indústria brasileira não empregou grandes esforços para desenvolver laboratórios de pesquisa dentro das empresas, o que sempre se demonstrou uma importante fragilidade da indústria privada nacional.

Sendo a universidade o principal “locus” de produção de conhecimento científico, a constituição de políticas que objetivam a inovação no Brasil passa, necessariamente, por desenvolver a interação universidade/empresa. Durante o segundo governo Fernando Henrique, algumas ações foram pensadas para suprir essa necessidade. Nesse sentido se destacam a publicação do **Livro Verde: Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafio para a sociedade brasileira**, em 2000, e do **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**, em 2001, que culminaram com apresentação, no Congresso Nacional, do **projeto de Lei de Inovação Tecnológica**, em 2002, que só foi aprovado durante o governo de Lula.

Nesses documentos, o governo constata a necessidade de estimular a inovação como forma de aumentar a competitividade através do aumento da qualificação do trabalho, do estímulo à interação universidade/empresa, criando diversos fundos públicos de investimentos (Fundos Setoriais) e propõe a aprovação de uma lei de inovação, que tem como ponto central a flexibilização do trabalho do pesquisador das universidades, permitindo, assim, a possibilidade desse funcionário público desenvolver pesquisa diretamente nas empresas.

Contudo, vale ressaltar, que, pelas leituras realizadas até o momento, o alcance dessas medidas foram pequenas e isoladas, em particular, porque a coordenação das ações, que deveria ser do Estado, praticamente inexistiu. Dois fatores podem ser utilizados para

explicar essa situação: o primeiro, o predomínio, no interior do governo, da ideia de que a intervenção do Estado na propagação do desenvolvimento industrial e tecnológico deveria ser pequena; o segundo, a crise econômica asiática do início dos anos 2000¹⁸.

Notas de Referência

* Doutorando em História na UFJF e professor do CA João XXIII/UFJF sob a orientação do Prof. Doutor Ignácio José Godinho Delgado. Email: juanitovieira@gmail.com. Este trabalho é resultado do primeiro ano de pesquisa de Doutorado no PPGH da UFJF sob orientação do prof. Doutor Ignácio José Godinho Delgado.

¹ Vale destacar que nos anos anteriores a 1930 o Brasil passava por um processo de industrialização incipiente, que impactava no crescimento urbano e no aparecimento de novos grupos sociais, em particular, de pequenos grupos proletários, de uma burguesia industrial e mais amplamente de uma classe média. Porém, a centralidade do poder estava nas mãos da oligarquia cafeeira, que prioriza as atividades agroexportadoras (IANNI, 2009).

² POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.65.

³ Sobre essa posição de intervenção direta do Estado no processo de industrialização defendido por Simonsen é necessário registrar que esse ponto sempre foi visto com ressalva por setores do empresariado brasileiro. Na Conferência de Araxá, realizada após a morte de Simonsen, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) aprova resolução que afirma que caso seja necessário à intervenção estatal ela deva se dar de forma indireta. Ao longo dessa década as resoluções aprovadas aprofundam a posição de crítica à intervenção direta em todos os setores da economia, pois se acredita que a industrialização é prerrogativa da iniciativa privada.

⁴ Sobre a questão de progresso técnico, vale destacar, a posição defendida por Celso Furtado, no livro "O Mito do Desenvolvimento Econômico", que sustenta a ideia de que o desenvolvimento, tal como vem sendo praticado em escala mundial não pode ser universalizado. Para o autor, acreditar na hipótese de desenvolvimento universalizado é aceitar a noção do mito do progresso, considerado por ele como elemento central na justificativa da ideologia dirigente da revolução burguesa (FURTADO, 1974, p.16).

⁵ PREBISCH, Raúl. "Nova política comercial para o desenvolvimento" (1964). In.: GURRIERI, Adolfo (org.) O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto/Centro Celso Furtado, 2011, p. 498.

⁶ PREBISCH, Raúl. "Nova política comercial para o desenvolvimento" (1964). In.: GURRIERI, Adolfo (org.) O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto/Centro Celso Furtado, 2011, p. 499.

⁷ FURTADO, Celso. Raízes do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p.88.

⁸ FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed. Nacional, 8ª edição, 1983, p.90.

⁹ BRESSER PEREIRA, Luiz C. Desenvolvimento e crise no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 7^o edição, 1977, p. 21.

¹⁰ Bresser Pereira destaca esse conceito de desenvolvimento no livro “Desenvolvimento e crise no Brasil”, que teve sua primeira edição em 1968. Na introdução, escrita em outubro de 1967, o autor destaca, entre outras questões, a necessidade de saber como se define desenvolvimento e se ele ocorreu no Brasil. Sobre sua defesa de desenvolvimento como um processo interdependente de transformações econômicas, sociais e políticas é destacado que o objetivo do desenvolvimento é o “crescimento do padrão de vida da população”, que é cunhado como sendo diferente de aumento de renda per capita, que pode ocorrer de forma concentrada e não representar o aumento do padrão de vida da coletividade.

¹¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 5^o edição, 2000.

¹² DELGADO, Ignácio J. Godinho. “Desenvolvimento, Empresariado e Política Industrial no Brasil”. In: MANCUSO, Wagner P., LEOPOLDI, Maria A. P., IGLECIAS, Wagner (orgs) Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Editora de Cultura, 2010, p.110.

¹³ CANO, Wilson. “América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo”. In.: FIORI, José Luís (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 1999, p.293.

¹⁴ FIORI, José Luís. “Estados, moedas e desenvolvimento”. In.: FIORI, José Luís (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 1999, p.72.

¹⁵ CASSIOLATO, José E. LASTRES, Helena M. M. “Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira”. Economia Contemporânea. Revista do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. – V. 5, edição especial: O futuro da Industrial. – Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2001.

¹⁶ CASTRO, Antonio Barros. “Brasil: O Desenvolvimento Renegado”. In.: CASTRO, Ana Célia, CASTRO, Lavinia Barros (orgs). Do Desenvolvimento Renegado ao Desafio Sinocêntrico. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2012, p.93.

¹⁷ CASSIOLATO & LASTRES, 2001, p.114.

¹⁸ DELGADO, Ignácio J. Godinho; ESTHER, Angelo Brigato; CONDÉ, Eduardo Salomão; SALLES, Helena da Motta. Estudo Comparativo de Política Industrial: as Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. Volume 3 – Política Industrial: objetivos e instrumentos, 2008.

